

## ANSEIOS DE UMA EDUCAÇÃO BI/MULTILÍNGUE LIBERTADORA NO BRASIL

Joelinton Fernando de Freitas <sup>1</sup>

LIBERALI, F; MEGALE, A; VIEIRA, D. A. (Org.). *Por uma educação bi/multilíngue insurgente*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

"Por uma educação bi/multilíngue insurgente" é um livro impactante e provocativo que aborda a importância da educação bi e multilíngue como uma forma de resistência e empoderamento linguístico. Escrito por um grupo de renomados especialistas no campo da educação e publicado pela Pontes Editores em 2022, o livro desafia os paradigmas tradicionais e propõe uma abordagem inovadora para a educação linguística.

Antes de comentar sobre a obra, é importante conhecer um pouco sobre as organizadoras de acordo com os dados apresentados na Plataforma Lattes. Fernanda Liberali é professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado e doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pós-doutorado pela Universidade de Helsinki, pela Freie Universität Berlin e pela Rutgers University. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

Antonieta Megale é formada em Comunicação Social e Pedagogia. Mestre em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Realizou estágio doutoral na Universidade de Viadrina (Alemanha). Realiza estágio de pós-doutoramento em Linguística Aplicada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente é professora na pós-graduação do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Coordena o curso de pós-graduação em

---

<sup>1</sup> Doutorando em Estudos Linguísticos pelo PPGEL da UNESP-IBILCE de São José do Rio Preto/SP. Mestre em Letras pelo PPGLetras da UNEMAT/Sinop. E-mail: joelintonfreitas@gmail.com

Educação Bilíngue e a extensão do Instituto Singularidades, onde atua também como professora no curso de Pedagogia.

Daniela Aparecida Vieira possui bacharelado e licenciatura em Letras (Italiano-Português) pela Universidade de São Paulo (USP), pós-graduação *lato sensu* (especialização) em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestrado e doutorado em Letras (Língua, Literatura e Cultura Italianas) pela USP. O livro conta com a contribuição de 40 pesquisadores da área das linguagens.

A obra parte do reconhecimento de que as políticas educacionais dominantes, muitas vezes, favorecem a supremacia de uma língua em detrimento de outras, gerando marginalização linguística e cultural para comunidades que não falam o idioma dominante. Os autores argumentam que isso não apenas perpetua desigualdades sociais, mas também limita a liberdade e a expressão das identidades individuais e coletivas.

A proposta central do livro é a construção de uma educação bi/multilíngue insurgente, que busca desafiar e transformar as estruturas de poder existentes. Essa abordagem valoriza e celebra a diversidade linguística e cultural, reconhecendo que todas as línguas têm valor igual. Ela defende o ensino de múltiplas línguas, tanto majoritárias quanto minoritárias, e incentiva a interculturalidade, o diálogo e o respeito mútuo.

Ao longo da obra, os autores exploram diversas questões relacionadas à educação bi/multilíngue, como políticas linguísticas, formação de professores, translinguagem, educação bilíngue de surdos e avaliação. Eles oferecem exemplos práticos e estudos de caso que ilustram como uma educação bi/multilíngue insurgente pode ser implementada em diferentes contextos educacionais.

Uma das principais contribuições do livro é o seu chamado à ação. Os autores não apenas apresentam uma visão transformadora da educação linguística, mas também oferecem orientações e estratégias para que educadores, formuladores de políticas e pesquisadores possam iniciar e apoiar mudanças reais em seus próprios contextos. Eles enfatizam a importância do envolvimento das comunidades locais e da criação de espaços de participação e empoderamento.

A obra está dividida em duas partes. A primeira parte, intitulada: **Concepções e princípios para uma educação bi/multilíngue insurgente**, traz textos relacionados à aspectos interculturais e decoloniais. Alguns dos pontos defendidos pelas autoras diz respeito a linguagem e mobilidade, pois, para elas, como vivemos em uma sociedade

diversa, é preciso desenvolver habilidades para a vivência em territórios múltiplos com a intenção transformadora.

O primeiro capítulo do livro "Por uma educação bi/multilíngue insurgente" estabelece o contexto e os objetivos da obra. As autoras apresentam a importância de uma abordagem bi/multilíngue na educação como forma de resistência e empoderamento linguístico. Elas discutem as desigualdades e marginalizações linguísticas presentes nas políticas educacionais dominantes e propõem uma visão alternativa que valorize a diversidade linguística e cultural. O capítulo estabelece as bases para os capítulos subsequentes, que exploram diferentes aspectos dessa abordagem insurgente.

Todos os artigos da primeira parte do livro dialogam com a questão da monoglossia e heteroglossia, termos alavancados por pesquisas de Garcia (2009), referência para todos que discutem ensino bilíngue. Nessa perspectiva, a visão de língua monoglóssica enfatiza questões relacionadas ao imperialismo linguístico, pois, nesta perspectiva, tanto a língua materna quanto a língua adicional seriam sistemas autônomos e estanques, sem relação entre si. Entretanto, no segundo capítulo intitulado "A formação docente para contextos bi/multilíngues", Ricarte (2022) defende o ideal heteroglóssico da língua, ou seja, uma abordagem mais fluída, que considera a interligação de práticas languageiras.

Outro ponto destacado, é que esses assuntos precisam ser trabalhados já na formação inicial dos professores de línguas, inclusive proporcionando estágios em contextos bilíngue e buscando enfatizar o trabalho com aspectos decoloniais da linguagem. Assim, o docente pode buscar despertar em seus alunos, formas de pensar o mundo a favor da igualdade global e da justiça.

No capítulo seguinte "Avaliação na educação bi/multilíngue: algumas reflexões" Quevedo-Camargo et. al (2022) retomam aspectos já mencionados anteriormente, como monoglossia e heteroglossia, translinguagem, interculturalidade e decolonialidade, mas com o foco nas questões relacionada aos processos avaliativos. As autoras analisam as limitações dos sistemas de avaliação tradicionais, que muitas vezes não levam em consideração a diversidade linguística dos alunos. Também propõem abordagens alternativas de avaliação que valorizem as competências linguísticas e interculturais dos estudantes em diferentes línguas. Elas discutem estratégias de avaliação formativa,

autoavaliação e avaliação baseada em projetos, ressaltando a importância de avaliar o progresso e o desenvolvimento dos alunos de maneira abrangente e inclusiva.

Além de considerar o contexto em que a escola está inserida, faixa etária dos alunos atendidos e os propósitos da avaliação, para as autoras, é preciso que a avaliação da proficiência linguística caminhe junto com a avaliação dos conteúdos ministrados. É preciso elaborar escalas de critérios (linguístico x conteúdo), além de sempre deixar claro também para os alunos quais são os critérios adotados na avaliação e os objetivos de aprendizagem.

Na segunda parte do livro **“Contextos de educação bi/multilíngue no Brasil”** são apresentados artigos relacionados principalmente a contextos de fronteiras, educação bilíngue para surdos e ensino de português como língua adicional ou de acolhimento. A ênfase está em pesquisas que se voltam para os contextos multilíngues principalmente nas regiões fronteiriças do nosso país e das línguas indígenas que, em muitos casos, acabam sendo apagadas pelo “mito do monolingüismo”.

No artigo “Educação de migrantes de crise e o ensino de português como língua adicional: pela inclusão desse contexto nos documentos curriculares brasileiros” Vieira e Santos (2022) advertem para questões relacionadas a inclusão de políticas linguísticas que acolham os alunos migrantes nas escolas, pois muitas vezes esses alunos são apenas citados em documentos oficiais, mas isso não garante a prática efetiva da inclusão em sala de aula. Que se faz necessária desde a formação de professores para atuarem nesses contextos e de programas que auxiliam na alfabetização dos alunos, sem deixar de lado o contato com suas línguas maternas.

No artigo “Educação de/para (as) fronteiras”, Sturza e. al. (2022) discutem e apresentam quais são as fronteiras presentes no Brasil e as línguas oficiais dos países fronteiriços: espanhol, guarani, inglês e francês. As autoras ressaltam que a maioria das políticas públicas sobre fronteiras dizem respeito apenas a questões de segurança e comércio, e não há um mapeamento oficial da quantidade de estudantes que estão matriculados nas escolas brasileiras.

As autoras também apresentam dados relacionados ao Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira (PEIBF), hoje, rebatizado como Programa de Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), com o objetivo principal de promover o intercâmbio cultural e linguístico entre professores e alunos dos países do Mercosul. Todavia, ressaltam que, em

2019, o governo atual resolveu retirar-se do Setor Educacional do Mercosul (SEM) dissolvendo o grande protagonismo que o Brasil tinha sobre processos educacionais (STUZA *et. al*, 2022).

No seguinte artigo “Educação plurilíngue: silenciamentos e resistência, a outra margem da palavra no Brasil indígena”, Jesus e Coelho (2022) utilizam a comparação do conto de Guimarães Rosa “A terceira margem do rio”, para comparar como os indígenas precisaram se “refugiar” em outros locais, ficaram no não lugar, no indecifrável (JESUS, COELHO, 2022). Os autores salientam que a Constituição Federal de 1988 não postulou as línguas indígenas como um patrimônio, mas já explicitou alguns direitos linguísticos a serem garantidos aos povos originários. Uma pergunta é lançada nesse texto: Existe um Brasil indígena?

Os autores afirmam que sim e que é necessário lutar e resistir para que as línguas e as culturas não sejam apagadas e sim valorizadas. Fazem um convite à ação conjunta, enredada na busca de mudanças substanciais.

No seguinte texto “Educação bilíngue de línguas de prestígio: contextos, problemáticas e possibilidades”, Guedes *et. al.* (2022) discutem o papel da língua inglesa, que historicamente, possui um discurso fortemente marcado e alinhado ao mercado neoliberal. Elas definem o que são: educação bilíngue de línguas de prestígio, conceituações em torno da visão de língua e linguagem e a noção de interculturalidade. Para elas, as línguas de prestígio são um bem simbólico desejável para a obtenção de vantagens em um mercado competitivo. (GUEDES *et. al*, 2022). Portanto, fica evidente que a maioria das escolas bilíngues se caracterize pelo ensino de português e inglês.

Os autores alertam sobre como os processos de globalização levam ao prestígio de algumas línguas sobre outras, “[...] o que se pode traduzir em desprestígio da língua de nascimento, assim como das práticas e dos profissionais que atuam nessa língua nas instituições de educação bilíngue. (GUEDES *et. al*, p. 108, 2022).

No texto seguinte “A educação de surdos no bilinguismo e no multilinguismo brasileiro” Cunha Junior *et. al.* (2022) alertam para o despreparo dos profissionais da educação para lidar com alunos surdos. Isso fica marcado também na formação inicial desses docentes.

Os alunos surdos possuem seus direitos garantidos na lei, mas nem sempre são respeitados nas escolas, que muitas vezes não são equipadas com tudo o que esses alunos

precisam para se sentirem incluídos e assistidos. Para os autores, é preciso pensar em um modelo multilíngue em que o sujeito surdo possa fazer parte de um ambiente onde as línguas da comunidade circulem entre os partícipes sociais: corpo docente, discente, familiares etc.

No último artigo do livro “Reflexões para uma educação bi/multilíngue na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica”, Barreto et. al (2022) também discutem questões relacionadas ao contexto indígena, porém retratam uma política muito importante do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) *campus* Palhoça, a qual se caracteriza como sendo a única instituição de educação profissional e tecnológica de educação bi/multilíngue da América Latina.

Segundo eles, este instituto oferece ensino médio técnico integrado em turmas exclusivas de surdos, nas quais a interlocução pedagógica-linguística é realizada com professores bi/multilíngues ou com apoio de profissionais da tradução e interpretação. Outra prática elucidada no artigo é do Instituto Federal de Goiás (IFG) *campus* de Aparecida de Goiânia e também do IFSC - PHB a ofertar o curso de Pedagogia bi/multilíngue (Libras-Português).

Segundo os autores, nesses cursos circulam diferentes reflexões acerca dos processos de produção de materiais didáticos, currículos e desafios para a formação de professores, considerando aspectos diversos, tais como: culturais, linguísticos, pedagógicos, cognitivos etc. No texto são apresentadas outras práticas bem sucedidas em Institutos Federais em contexto de fronteira e também de migração. A reflexão final diz respeito a importância da Educação Profissional e Tecnológica que valoriza a diversidade, a cidadania global e a formação integral do ser humano. Tudo isso vai ao encontro da educação bi/multilíngue robusta para a elaboração de políticas linguísticas correntes com as realidades apresentadas.

No geral, "Por uma educação bi/multilíngue insurgente" apresenta uma análise abrangente e crítica da educação linguística, propondo uma abordagem transformadora baseada na valorização da diversidade linguística e cultural. Os capítulos exploram diferentes aspectos dessa abordagem insurgente, desde políticas linguísticas até formação de professores e avaliação. A obra oferece orientações práticas para aqueles que desejam promover uma educação mais inclusiva, equitativa e respeitosa com a diversidade linguística.

O livro é recomendado a todos os que se interessem por compreender mais sobre os aspectos relacionados a educação bilíngue, sejam pesquisadores de pós-graduação ou mesmo alunos dos cursos de Letras e Pedagogia. A obra se caracteriza como um material importante e que contribui para o fomento de referências teóricas sobre educação bilíngue, bilinguismo e multilinguismo em nosso país.

### **Referências**

GARCIA, O. *Bilingual education in the 21<sup>st</sup> century: a global perspective*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

LIBERALI, F; MEGALE, A; VIEIRA, D. A. (Org.). *Por uma educação bi/multilíngue insurgente*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

MEGALE, A. H.; LIBERALI, F. C. (Org.). *Educação Bilíngue no Brasil*. São Paulo: Fundação Santillana, 2019.

Recebido em 24/07/2023.

Aprovado em 02/09/2023.